

A CRIANÇA COMO SUJEITO SOCIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL THE CHILD AS A SOCIAL SUBJECT IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Bruna Marise Barbosa Galindo Silva¹
Natanael Nunes Viçosi²
Lígia Maria do Nascimento Maciel da Silva³
Rozineide Iraci Pereira da Silva⁴

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a criança como sujeito social no contexto da Educação Infantil, a partir de uma abordagem fundamentada na Sociologia da Infância. Parte-se do pressuposto de que a infância não deve ser compreendida como uma fase natural e universal do desenvolvimento humano, mas como uma construção social, histórica e cultural (Ariès, 1981, p. 50; Sarmiento, 2005, p. 368), marcada por múltiplas formas de existência. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, tendo como base a análise de obras clássicas e contemporâneas que discutem a infância sob uma perspectiva sociológica. O referencial teórico adotado possibilita compreender a criança como ator social ativo, produtor de cultura e participante das relações sociais, rompendo com concepções tradicionais que a colocam em posição de passividade. A análise evidencia que, embora haja avanços significativos no campo teórico, ainda persistem desafios na efetivação dessa concepção nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, especialmente no que se refere à valorização da escuta, ao reconhecimento da cultura infantil e à promoção do protagonismo das crianças. Conclui-se que a construção de uma Educação Infantil comprometida com o reconhecimento da criança como sujeito social exige não apenas mudanças conceituais, mas também transformações nas práticas educativas, na formação docente e na organização institucional. Dessa forma, o estudo contribui para o aprofundamento do debate sobre a infância e suas implicações no campo educacional.

Palavras-chave: Infância. Sujeito social. Educação Infantil. Sociologia da Infância. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT: This article aims to analyze the child as a social subject in the context of Early Childhood Education, based on an approach grounded in the Sociology of Childhood. It is based on the assumption that childhood should not be understood as a natural and universal stage of human development, but as a social, historical, and cultural construction, marked by multiple forms of existence. The research is characterized as qualitative and bibliographic in nature, based on the analysis of classical and contemporary works that discuss childhood from a sociological perspective. The adopted theoretical framework allows the understanding of the child as an active social actor, a producer of culture, and a participant in social relations, breaking with traditional conceptions that place the child in a passive position. The analysis reveals that, despite significant theoretical advances, there are still challenges in implementing this conception in pedagogical practices in Early Childhood Education, especially regarding the appreciation of children's voices, the recognition of children's culture, and the promotion of their protagonism. It is concluded that building an Early Childhood Education committed to recognizing the child as a social subject requires not only conceptual changes but also transformations in educational practices, teacher training, and institutional organization. Thus, this study contributes to deepening the debate on childhood and its implications in the educational field.

Keywords: Childhood. Social subject. Early Childhood Education. Sociology of Childhood. Pedagogical practices.

¹Mestranda, Christian Business School.

²Coorientador, Mestrando, Christian Business School.

³Mestranda, Christian Business School.

⁴Orientadora. Professora orientadora, Christian Business School.

I. INTRODUÇÃO

A compreensão da criança como sujeito social representa uma das mais importantes transformações ocorridas no campo da Educação Infantil nas últimas décadas. Historicamente, a infância foi concebida sob uma perspectiva adultocêntrica, na qual a criança era entendida como um ser incompleto, dependente e em constante preparação para a vida adulta. Essa concepção contribuiu para a construção de práticas educativas centradas na transmissão de conhecimentos e no controle dos comportamentos infantis, reduzindo a participação das crianças nos processos educativos (ARIÈS, 1981; SARMENTO, 2005).

As transformações sociais, culturais e científicas ocorridas ao longo do século XX possibilitaram o surgimento de novas formas de compreender a infância. Nesse contexto, a Sociologia da Infância passou a questionar visões tradicionais que consideravam a criança apenas como objeto de socialização, defendendo sua condição de sujeito social ativo, capaz de interpretar, produzir e transformar a realidade em que vive (CORSARO, 2011; QVORTRUP, 2011). Essa perspectiva reconhece a infância como uma construção social e histórica, marcada por diferentes experiências e contextos socioculturais.

Ao compreender a criança como sujeito social, reconhece-se sua capacidade de participar das relações sociais, produzir cultura e atribuir significados às experiências vividas. Tal entendimento rompe com concepções que limitam a infância a uma etapa preparatória para a vida adulta, valorizando as experiências infantis no tempo presente (SARMENTO, 2005). Dessa forma, a criança deixa de ser vista apenas como receptora de conhecimentos para assumir papel ativo na construção de saberes e na produção cultural.

No contexto da Educação Infantil, essa discussão adquire especial relevância, uma vez que essa etapa constitui um dos primeiros espaços institucionais de convivência social das crianças. Conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), as interações e as brincadeiras devem ocupar posição central no processo educativo, favorecendo o desenvolvimento integral e o protagonismo infantil.

Apesar dos avanços teóricos e legais, observa-se que muitas práticas pedagógicas ainda permanecem marcadas por relações hierárquicas e por modelos centrados na autoridade adulta, limitando a participação efetiva das crianças no cotidiano escolar (BARBOSA, 2019; KISHIMOTO, 2010). Essa realidade evidencia a existência de tensões entre os discursos contemporâneos sobre infância e as práticas efetivamente desenvolvidas nas instituições educativas.

Diante desse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: como a concepção da criança como sujeito social tem sido compreendida no campo da Educação Infantil e quais são suas implicações para as práticas pedagógicas? Parte-se da hipótese de que, embora existam avanços significativos na produção teórica e nos documentos normativos, ainda persistem desafios para a efetivação dessa perspectiva no cotidiano escolar.

O presente estudo tem como objetivo analisar a criança como sujeito social no contexto da Educação Infantil, a partir das contribuições da Sociologia da Infância. Especificamente, busca compreender a infância como construção social e histórica, discutir o protagonismo infantil e refletir sobre as implicações dessa concepção para a organização das práticas pedagógicas.

A relevância desta pesquisa está relacionada à necessidade de fortalecer reflexões que contribuam para a construção de uma Educação Infantil mais democrática, inclusiva e comprometida com os direitos das crianças. Ao reconhecer a criança como sujeito social, amplia-se a compreensão sobre a infância e sobre as possibilidades de organização de práticas educativas que valorizem a participação, a escuta e a produção cultural infantil.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada nos pressupostos da Sociologia da Infância e direcionada à análise da criança como sujeito social no contexto da Educação Infantil. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender fenômenos sociais em sua complexidade, considerando significados, interpretações e relações construídas historicamente. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, valores, crenças e atitudes, permitindo uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais.

Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica como principal estratégia de investigação. De acordo com Gil (2002), esse tipo de pesquisa é desenvolvido a partir de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais, possibilitando ao pesquisador estabelecer contato com diferentes produções teóricas sobre o tema estudado. A pesquisa bibliográfica mostra-se adequada ao presente estudo por permitir a análise crítica das concepções de infância e das contribuições da Sociologia da Infância para o campo da Educação Infantil.

O levantamento das fontes contemplou obras clássicas e contemporâneas reconhecidas academicamente, priorizando autores que discutem a infância como construção social e histórica e que compreendem a criança como sujeito ativo nas relações sociais. Entre os principais referenciais utilizados destacam-se Ariès (1981), Sarmiento (2005), Corsaro (2011), Qvortrup (2011), Kramer (2007), Kishimoto (2010), Barbosa (2019) e Vygotsky (1998). A seleção do material considerou critérios de relevância científica, consistência teórica, atualidade e pertinência em relação aos objetivos da pesquisa.

A análise do material bibliográfico ocorreu por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa. Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória para identificação dos conteúdos relacionados ao objeto de estudo. Em seguida, a leitura seletiva possibilitou a escolha das produções mais relevantes para o desenvolvimento da investigação. Por fim, a leitura interpretativa favoreceu a

articulação entre os diferentes referenciais teóricos, permitindo a construção de uma análise crítica e fundamentada. Conforme Severino (2013), a interpretação dos textos científicos exige a capacidade de estabelecer relações entre conceitos, confrontar perspectivas e elaborar sínteses próprias.

Para a organização dos dados, utilizou-se a categorização temática, procedimento que possibilitou agrupar os conteúdos em eixos de análise relacionados aos objetivos do estudo. As categorias definidas foram: infância como construção social e histórica; criança como sujeito social; cultura infantil e protagonismo das crianças; e implicações para as práticas pedagógicas na Educação Infantil. Segundo Bardin (2011), a categorização contribui para a sistematização das informações e para a interpretação dos fenômenos investigados.

A análise foi conduzida a partir de uma perspectiva crítico-interpretativa, buscando compreender de que maneira as concepções de infância presentes na literatura influenciam as práticas educativas desenvolvidas na Educação Infantil. Nesse processo, os referenciais teóricos foram colocados em diálogo, permitindo identificar avanços, desafios e contradições relacionados ao reconhecimento da criança como sujeito social.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não houve participação direta de sujeitos, dispensando a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Entretanto, foram observados os princípios éticos relacionados à produção científica, garantindo a correta referência das obras consultadas e o respeito à autoria dos trabalhos utilizados. O rigor científico foi assegurado pela coerência entre os objetivos, o referencial teórico e os procedimentos metodológicos adotados.

4

Dessa forma, a metodologia utilizada possibilitou a construção de uma análise fundamentada sobre a criança como sujeito social, contribuindo para a compreensão das implicações dessa perspectiva para as práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo fundamenta-se nas contribuições da Sociologia da Infância, perspectiva que compreende a criança como sujeito social ativo, participante das relações sociais e produtora de cultura. Essa abordagem possibilita superar concepções tradicionais que entendiam a infância apenas como uma etapa preparatória para a vida adulta, reconhecendo-a como uma construção social, histórica e cultural (SARMENTO, 2005; CORSARO, 2011).

A partir desse entendimento, torna-se possível analisar a infância para além de aspectos biológicos e desenvolvimentistas, considerando as experiências, interações e significados produzidos pelas próprias crianças em seus contextos de vida.

Nesse sentido, o referencial teórico está organizado em quatro eixos articulados: a infância como construção social e histórica; a criança como sujeito social na Sociologia da Infância; a cultura infantil e

o protagonismo das crianças; e as implicações dessas concepções para as práticas pedagógicas na Educação Infantil.

A discussão desses aspectos busca oferecer sustentação teórica à análise proposta, contribuindo para a compreensão da criança como participante ativa dos processos educativos e sociais, bem como para a reflexão sobre práticas pedagógicas mais democráticas, inclusivas e comprometidas com os direitos da infância.

3.1 Infância como construção social e histórica

A compreensão da infância como construção social e histórica representa uma importante mudança nas formas de interpretar a condição infantil. Durante longo período, predominou uma visão que compreendia a infância como etapa natural do desenvolvimento humano, marcada pela incompletude e pela dependência em relação ao adulto. Essa perspectiva contribuiu para a consolidação de práticas sociais e educativas que limitavam a participação das crianças nos diferentes espaços da vida social.

Os estudos desenvolvidos por Ariès (1981) demonstraram que a infância não pode ser compreendida como uma realidade universal e imutável. Segundo o autor, a própria ideia de infância foi construída historicamente, variando de acordo com as transformações culturais, econômicas e sociais de cada época. Essa interpretação permitiu compreender que as formas de perceber, cuidar e educar as crianças são produzidas socialmente.

A partir dessa perspectiva, a infância passa a ser entendida como uma categoria social que assume diferentes significados conforme os contextos históricos e culturais. Qvortrup (2011) afirma que a infância constitui uma categoria estrutural da sociedade, sendo atravessada por relações econômicas, políticas e culturais que influenciam diretamente as experiências infantis. Dessa forma, não existe uma única infância, mas múltiplas infâncias marcadas pelas condições concretas de vida das crianças.

A Sociologia da Infância fortalece essa compreensão ao defender que as crianças devem ser reconhecidas como participantes da vida social e não apenas como indivíduos em preparação para a vida adulta. Nesse sentido, a infância deixa de ser percebida exclusivamente como fase de desenvolvimento biológico e passa a ser analisada como fenômeno social, cultural e histórico (SARMENTO, 2005).

Reconhecer a infância como construção social implica compreender que as experiências infantis são influenciadas pelas relações estabelecidas entre família, escola, comunidade e sociedade. Tal entendimento amplia as possibilidades de análise da Educação Infantil e favorece a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às especificidades das crianças e às diferentes formas de viver a infância.

3.2 A criança como sujeito social na Sociologia da Infância

A Sociologia da Infância consolidou um novo paradigma teórico ao reconhecer a criança como sujeito social ativo, capaz de participar da construção da realidade em que está inserida. Essa perspectiva rompe com concepções tradicionais que atribuíam às crianças um papel passivo nos processos de socialização.

Para Sarmento (2005), as crianças são atores sociais competentes que participam da vida coletiva, produzem significados e estabelecem formas próprias de compreender o mundo. Embora estejam inseridas em relações de dependência em relação aos adultos, possuem capacidade de interpretar, negociar e transformar suas experiências cotidianas.

Corsaro (2011) contribui para essa discussão ao desenvolver o conceito de reprodução interpretativa. Segundo o autor, as crianças não apenas assimilam a cultura produzida pelos adultos, mas reinterpretam e recriam essa cultura a partir de suas próprias vivências. Esse processo evidencia o papel ativo das crianças na produção cultural e na construção das relações sociais.

A compreensão da criança como sujeito social também está associada ao reconhecimento de seus direitos de participação. Nesse sentido, a criança deve ser considerada membro efetivo da sociedade, capaz de expressar opiniões, produzir conhecimentos e contribuir para os processos educativos (QVORTRUP, 2011).

No contexto da Educação Infantil, essa perspectiva exige a construção de práticas pedagógicas que valorizem a participação das crianças, reconhecendo-as como protagonistas dos processos educativos. Assim, a relação entre adultos e crianças deixa de estar fundamentada exclusivamente na autoridade e passa a privilegiar o diálogo, a interação e a construção compartilhada do conhecimento.

3.3 Cultura infantil e protagonismo das crianças

O reconhecimento da criança como sujeito social está diretamente relacionado à valorização da cultura infantil. As crianças constroem formas próprias de interpretar a realidade, produzindo conhecimentos, valores e significados por meio das interações que estabelecem com seus pares e com os adultos.

De acordo com Corsaro (2011), a cultura infantil é constituída por práticas compartilhadas entre as crianças, incluindo brincadeiras, linguagens, negociações e formas específicas de organização social. Essas manifestações revelam que a infância possui características culturais próprias, que não podem ser compreendidas apenas como reprodução da cultura adulta.

Nesse contexto, o protagonismo infantil refere-se à capacidade das crianças de participar ativamente das situações que envolvem suas experiências de vida. Sarmento (2005) destaca que reconhecer o protagonismo infantil significa garantir condições para que as crianças expressem opiniões, tomem decisões compatíveis com sua faixa etária e participem das atividades que integram seu cotidiano.

A brincadeira ocupa posição central nesse processo. Além de favorecer a aprendizagem, constitui importante forma de expressão, comunicação e produção cultural. Conforme Kishimoto (2010), é por meio do brincar que as crianças exploram o mundo, estabelecem relações sociais e desenvolvem diferentes capacidades cognitivas, emocionais e sociais.

Dessa forma, a valorização da cultura infantil fortalece práticas pedagógicas mais democráticas e inclusivas, capazes de reconhecer as crianças como participantes ativas do processo educativo.

3.4 Implicações para a prática pedagógica na Educação Infantil

A compreensão da criança como sujeito social produz impactos diretos na organização das práticas pedagógicas da Educação Infantil. Tal perspectiva exige a superação de modelos centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos e no controle dos comportamentos infantis.

Nessa abordagem, o educador assume a função de mediador dos processos de aprendizagem, criando condições para que as crianças participem ativamente das experiências educativas. Conforme Vygotsky (1998), o desenvolvimento ocorre por meio das interações sociais, tornando fundamental a criação de ambientes que favoreçam o diálogo, a cooperação e a construção coletiva do conhecimento.

A organização dos espaços e das rotinas também influencia significativamente a participação infantil. Ambientes flexíveis, acolhedores e planejados para estimular a exploração e a interação contribuem para o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo das crianças (BARBOSA, 2019).

Outro aspecto fundamental refere-se à escuta das crianças. Considerar a criança como sujeito social implica reconhecer diferentes formas de comunicação, incluindo brincadeiras, gestos, expressões corporais e interações cotidianas. A escuta sensível permite compreender interesses, necessidades e perspectivas infantis, favorecendo práticas pedagógicas mais significativas.

A avaliação também deve assumir caráter formativo e processual. Segundo Hoffmann (2014), avaliar na Educação Infantil significa acompanhar trajetórias de aprendizagem e desenvolvimento, respeitando ritmos, singularidades e experiências das crianças. Nessa perspectiva, a avaliação deixa de ser instrumento de classificação e passa a constituir estratégia de acompanhamento e reflexão pedagógica.

Assim, reconhecer a criança como sujeito social implica construir uma Educação Infantil comprometida com a participação, a diversidade, a inclusão e a garantia dos direitos das crianças, fortalecendo práticas educativas mais democráticas e socialmente significativas.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise da literatura evidenciou que a compreensão da criança como sujeito social representa uma das principais transformações ocorridas no campo da Educação Infantil nas últimas décadas. Os estudos examinados demonstram que a infância passou a ser compreendida não apenas como uma etapa do desenvolvimento humano.

Mas, como uma construção social e histórica, marcada por diferentes experiências e formas de participação na vida coletiva (ARIÈS, 1981; SARMENTO, 2005). Essa mudança de perspectiva contribuiu para o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, capaz de produzir cultura, estabelecer relações sociais e atribuir significados às experiências vividas.

Os resultados da pesquisa indicam que a Sociologia da Infância desempenha papel fundamental na superação de concepções tradicionais que historicamente atribuíram às crianças uma posição de passividade. Ao reconhecer a capacidade infantil de interpretar e transformar a realidade, essa perspectiva amplia a compreensão sobre o papel das crianças nos processos educativos e sociais. Conforme Corsaro (2011), as crianças participam ativamente da produção cultural por meio das interações estabelecidas com seus pares e com os adultos, construindo formas próprias de compreender e vivenciar o mundo social.

Entretanto, a análise também revela que ainda existem desafios significativos para a efetivação dessa concepção no cotidiano da Educação Infantil. Embora os documentos legais e as produções acadêmicas defendam a valorização da participação infantil, muitas práticas pedagógicas permanecem fundamentadas em modelos adultocêntricos que restringem a autonomia e a capacidade de decisão das crianças (BARBOSA, 2019). Essa realidade evidencia uma distância entre os avanços teóricos e sua concretização nas instituições educativas.

Outro aspecto identificado refere-se à importância da escuta das crianças nos processos pedagógicos. A literatura analisada demonstra que reconhecer a criança como sujeito social exige considerar suas múltiplas formas de expressão, incluindo brincadeiras, gestos, interações e diferentes linguagens utilizadas no cotidiano escolar. Nesse sentido, a escuta qualificada constitui um elemento essencial para a construção de práticas educativas mais democráticas e participativas, capazes de valorizar as experiências infantis e fortalecer o protagonismo das crianças.

Os resultados também evidenciam a relevância da cultura infantil para a organização do trabalho pedagógico. As brincadeiras, as interações entre pares e as formas próprias de expressão das crianças constituem importantes instrumentos de aprendizagem, socialização e produção de conhecimentos (KISHIMOTO, 2010; CORSARO, 2011). Assim, a valorização dessas experiências amplia as possibilidades educativas e contribui para a construção de práticas mais significativas e contextualizadas.

Outro ponto relevante refere-se à atuação do professor. A literatura aponta que o reconhecimento da criança como sujeito social exige a ressignificação do papel docente, que passa a atuar como mediador das experiências educativas. Nessa perspectiva, o processo de ensino e aprendizagem deixa de ser centrado exclusivamente na transmissão de conteúdos e passa a valorizar a interação, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento (VYGOTSKY, 1998). Essa mudança fortalece a participação infantil e favorece o desenvolvimento integral das crianças.

Além disso, verificou-se que a construção de uma Educação Infantil comprometida com os direitos das crianças depende da formação dos profissionais da educação. A permanência de concepções tradicionais de infância ainda influencia muitas práticas pedagógicas, tornando necessária a ampliação de estudos e processos formativos que promovam uma compreensão mais crítica e atualizada sobre a infância. Nesse contexto, a formação inicial e continuada dos educadores assume papel estratégico para a consolidação de práticas alinhadas aos princípios da Sociologia da Infância.

De modo geral, os resultados analisados permitem afirmar que o reconhecimento da criança como sujeito social constitui um avanço significativo para o campo educacional. Contudo, sua efetivação requer mudanças que ultrapassem o plano discursivo, envolvendo transformações nas concepções pedagógicas na organização institucional e nas relações estabelecidas entre adultos e crianças.

Todavia, a Educação Infantil pode consolidar-se como espaço de participação, aprendizagem e valorização das múltiplas infâncias, contribuindo para a formação de sujeitos mais autônomos, críticos e socialmente participativos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a criança como sujeito social no contexto da Educação Infantil, tomando como referência os pressupostos da Sociologia da Infância. A partir da análise da literatura especializada, foi possível compreender que a infância não constitui uma condição natural e universal, mas uma construção social, histórica e cultural, marcada por diferentes formas de vivência e participação na sociedade.

Essa perspectiva possibilita superar concepções tradicionais que reduziram a criança a uma posição de dependência e passividade, reconhecendo-a como sujeito ativo na produção de significados, relações e culturas.

Os estudos analisados evidenciaram que as contribuições da Sociologia da Infância representam um importante avanço para a compreensão da criança enquanto participante efetiva dos processos sociais. Ao reconhecer as crianças como produtoras de cultura e protagonistas de suas experiências, essa abordagem amplia o entendimento sobre a infância e fortalece a defesa de práticas educativas mais

democráticas, inclusivas e participativas. Nesse sentido, a criança deixa de ser percebida apenas como objeto das ações pedagógicas e passa a ocupar posição central na construção do processo educativo.

A pesquisa também permitiu identificar que, apesar dos avanços teóricos e normativos alcançados nas últimas décadas, ainda persistem desafios significativos para a efetivação dessa concepção nas instituições de Educação Infantil. Muitas práticas pedagógicas permanecem influenciadas por modelos adultocêntricos que limitam a participação infantil e restringem as possibilidades de expressão, autonomia e protagonismo das crianças. Tal realidade demonstra que o reconhecimento da criança como sujeito social exige mais do que mudanças discursivas, demandando transformações concretas nas práticas educativas e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar.

Outro aspecto evidenciado refere-se à importância da escuta sensível, da valorização da cultura infantil e do reconhecimento das múltiplas formas de expressão das crianças. As brincadeiras, interações e produções culturais infantis constituem elementos fundamentais para a construção de experiências educativas significativas. Dessa forma, a Educação Infantil deve ser compreendida como um espaço de participação, diálogo e construção coletiva do conhecimento, no qual as crianças tenham suas vozes respeitadas e consideradas nos processos pedagógicos.

Destaca-se, ainda, o papel fundamental dos profissionais da educação na consolidação dessa perspectiva. A construção de práticas coerentes com o reconhecimento da criança como sujeito social depende de processos contínuos de formação, reflexão e ressignificação das concepções de infância que orientam o trabalho pedagógico. Assim, a formação inicial e continuada dos educadores assume

importância estratégica para o fortalecimento de práticas mais humanizadas, críticas e comprometidas com os direitos das crianças.

Conclui-se que reconhecer a criança como sujeito social significa assumir um compromisso ético, político e pedagógico com a valorização da infância em sua pluralidade. Mais do que uma mudança conceitual, trata-se da construção de uma nova forma de compreender as crianças e suas relações com o mundo. Nesse contexto, a Educação Infantil possui papel essencial na promoção de experiências que favoreçam a participação, a autonomia e o desenvolvimento integral, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de interagir, criar e transformar a realidade em que vivem.

Por fim, espera-se que as reflexões apresentadas neste estudo contribuam para o fortalecimento das discussões sobre infância e Educação Infantil, estimulando novas pesquisas e práticas comprometidas com a efetivação dos direitos das crianças. Ao reconhecer a infância como uma categoria social relevante e as crianças como sujeitos ativos de sua própria história, torna-se possível avançar na construção de uma educação mais democrática, inclusiva e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC, 2010.
- CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares (org.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 199–219.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361–378, 2005.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- VYGOTSKY, Lev Semionovich. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.